

# EDUCAÇÃO COLONIAL: ESCOLÁSTICA OU BURGUESA?

Lizia Helena Nagel\*

## 1. DO HISTÓRICO:

A pesquisa intitulada, inicialmente, de *Educação Escolástica no Brasil Colônia: por que?*, foi determinada pela insatisfação com o referencial teórico-metodológico geralmente encontrado nos textos de História da Educação que tratam do processo educativo desse período. Grande parte da literatura, posicionando-se à favor ou contra os fatos, qualifica, apriorística e moralmente, os atos dos padres, revelando assim, uma determinada concepção de história.

Na perspectiva dos julgamentos positivos, os padres da Cia de JESUS são vistos como *grandes catequistas, evangelizadores eficientes que despertam muitas vocações, bondosos cristãos, opositores da crueldade dos colonizadores, defensores dos índios e/ou educadores conscientes* que, compreendendo a realidade dos gentios, amoldam os ensinamentos à sociedade indígena.

Na perspectiva dos juízos negativos, muitas vezes, as críticas aos jesuítas seguem e ao mesmo tempo banalizam o modelo anticlericalista dos *Iluministas* do século XVIII. De modo descontextualizado, revestem-se de formas que atacam, em princípio, *as capacidades intelectuais* desses mestres, consideradas limitadas pelo dogma, pela

---

\* Professora da Universidade Estadual de Maringá/PR

retórica, pelas disputas estéreis, enfim, pelo desinteresse diante da natureza ou por qualquer coisa deste mundo terreno e moderno.

As críticas negativas, atuais e/ou "atualizadas", independentemente do referencial teórico, de fato apontam, quase sempre, para dois aspectos. Um identifica nos jesuítas "distorções na área afetiva" tais como: autoritarismo, perversidade, violência, controle, imposição. Outro, identifica uma "limitação de ordem cognitiva" que termina por fazer com que a educação por eles encaminhada seja vista como *fora da realidade do aluno ou da sociedade "brasileira"*. Inere-se ainda, em tais críticas, uma insatisfação com os comportamentos típicos do colonizador o que nos leva a dizer que existe nos textos contemporâneos um certo *desejo idílico quanto a uma colonização sem as dores da transformação!*

Tentando discutir a educação jesuítica enquanto geralmente pensada pelos autores modernos como um processo pedagógico *fora da realidade, do tempo e do lugar* é que se encaminha o objetivo desta pesquisa. Para tal, circunscreveu-se a questão problemática à premissa metodológica fundamental que propõe nada haver no cérebro humano que não seja definido ou delimitado pelas próprias relações sociais vividas pelos homens.

## 2. DO PROBLEMA:

Não reduzindo a *missão* dos jesuítas à catequese e, nem tampouco, à escolarização tal como os homens a conhecem a partir do século XIX, o trabalho questiona sobre a possibilidade das ações educativas dos primeiros mestres terem sido reguladas pelas coordenadas do pensamento

ou da filosofia Escolástica e não pelas relações sociais concretizadas na Colônia.

Questiona, de fato, a possibilidade dos jesuítas terem assumido comportamentos doutrinários, conservadores, místicos, impondo dissensões na política vanguardista de Portugal, quando este país orientava no Brasil a ocupação das terras sob outras coordenadas que não as de enfeudamento.

Interroga, – **nos limites do pressuposto teórico que admite haver correspondência entre a vida prática e o pensamento** – sobre a possibilidade de educar os homens sob as diretrizes da Escolástica posto que, além de qualquer outra consideração, no Brasil, a partir do século XVI, já se delineavam as ações pertinentes ao uso privado da terra para produção em larga escala. O Brasil através do açúcar não só realizava o mercado mundial, como já tinha consciência do **trabalho** como *“aumentador de cabedal”*.

Este trabalho propõe-se, enfim, a examinar a **unidade entre o ser e o pensar**. Pretende examinar se, para os jesuítas no Brasil, os problemas considerados dignos de discussões, de reivindicações, das cartas, sermões ou estudos eram a expressão das práticas existentes ou eram provenientes de abstrações ligadas à ortodoxia religiosa. Pretende investigar se os problemas dos padres eram originários da luta encetada na Colônia ou advinham de preocupações com heresias ou temáticas privilegiadas pela sociedade feudal.

Afinal, qual era, na Colônia, o **conteúdo** da educação administrada pela ordem religiosa que se costuma admitir, dogmática e aprioristicamente, como contrária à gênese da prática moderna? Qual era o **método** da

educação no Brasil, gerenciado por essa ordem nascida no seio da contra-Reforma, que se propunha a defender como legítimo apenas o conhecimento adequado à **Revelação**, única fonte considerada capaz de sustentar as discussões humanas? Existiu, de fato, uma educação de caráter escolástico no período do Brasil Colônia? Que bases materiais poderiam ser encontradas para dar suporte aos interesses educativos de caráter medieval na *Terra dos Papagaios*?

### 3. DO ENCAMINHAMENTO:

Para o cotejo das formações sociais distintas, para o conhecimento dos embates próprios da transição do feudalismo ao capitalismo na Europa, e o reconhecimento das práticas típicas da colonização no Brasil, privilegiou-se, em termos bibliográficos, as fontes primárias.

Os relatos dos **Descobridores**<sup>1</sup> foram as primeiras leituras incorporadas a essa exigência. A seguir foram examinadas as obras dos **escritores**<sup>2</sup> portugueses quinhentistas e seiscentistas. Foram consultados os **Cronistas** e os **Historiadores**<sup>3</sup> que cantavam os feitos do Império Lusitano.

A seguir, foram selecionados para análise os documentos dos **Primeiros habitantes** do Brasil ou daqueles

---

<sup>1</sup> Fundamentalmente os autores constam da Coleção *Os Conquistadores da L&PM Editores*, Porto Alegre, RS.

<sup>2</sup> CAMÕES com sua obra principal e Gil VICENTE com suas *Sátiras Sociais* foram os autores privilegiados desse momento.

<sup>3</sup> Dentre os pesquisadores, citamos DAMIÃO DE GOIS com a *Crônica de D. Manuel*, Parte 1, [Sobre a Matança dos Cristãos-Novos].

<sup>4</sup> Como referência indicamos os livros que compõem grande parte da Coleção *Reconquista do Brasil* da Editora Itatiaia / EDUSP, SP e recomendamos as principais obras dos autores citados.

que **descreveram a prática colonizadora vivida neste país<sup>4</sup>**. AZPILCUETA (... - 1557), NÓBREGA (1517-1570), ANCHIETA (1534-1597), GABRIEL SOARES DE SOUZA, (séc. XVI), GANDAVO (séc. XVI), CARDIM (1549 - 1625), Frei VICENTE DO SALVADOR (1564 - 1639), d'ABBEVILLE (... - 1632), BARLÉU (1584-1648), SIMÃO DE VASCONCELOS (1597-1671), MOREAU (séc. XVII), VIEIRA (1608-1697), ANTONIL (1650-1716), BENCI (1650-1708), BRANDÃO (1650-1716), SEPP (1655-1733), PITA (1660-1738), Frei MANOEL DA ILHA (séc. XVI-XVII), MATIAS AIRES (1705-1770), Frei GASPAR DA MADRE DE DEUS (1715-1800), AZEREDO COUTINHO (1743-1821), MATIUS (1794-1868) foram os autores selecionados na tentativa de identificar os problemas apontados como relevantes para a reprodução da vida na Colônia.

Este grande elenco de escritores, que ultrapassa a corporação dos jesuítas, tinha como objetivo assegurar a identificação das práticas comuns que sustentavam a vida nessa região. Tornava-se indispensável conhecer as ações humanas que, abaixo da linha do *Equador*, poderiam (ou não) ter permitido a reprodução dos procedimentos escolásticos para, logo a seguir, examinar a possibilidade efetiva da educação comprometida com esse ideário no Brasil.

Mas a afirmação sobre a existência ou não da Escolástica no Brasil requer também outras demandas, exigindo novos encaminhamentos. Impossível estudar o conteúdo escolástico, a proposta pedagógica correspondente a essa interpretação de mundo, sem examinar os fatos vividos pelos homens à época considerada de maior apogeu dessa filosofia. Todas as lutas ou conflitos que se estabeleceram durante os séculos XII a XVIII, na Europa, necessitavam ser retomados. Importa

conhecer quais eram as disputas que determinavam os protestos religiosos através de um pensamento organicamente estruturado. Quais eram as características comportamentais dos homens que exigiam reações da Igreja? Quais eram, enfim, as práticas dos "inimigos" da Igreja? Em que se constituía objetivamente a Escolástica?

Para tal tarefa, sem apelar para manuais, enciclopédias, dicionários ou sínteses foram selecionados textos de *Filósofos*<sup>5</sup> que já haviam sido declarados como expressões máximas do pensamento cristão pré e pós-tomista. Foram estudados, em suas reinvidicações ou nos encaminhamentos dados aos conflitos da sua época, ANSELMO DE CANTUARIA (1033-1109), TOMAS DE AQUINO (1225-1274), RAIMUNDO LULIO (1235-1316), DUNS SCOTO (1266-1308) e QUIDORT (± 1270-1306).

A tentativa de compreensão do conteúdo da Escolástica não se reduziu a essas leituras. Em paralelo aos autores considerados máximos representantes dessa doutrina, foram colocadas para exame as exigências, as propostas, as sugestões ou dissensões dos *Condenados pela Igreja Católica*. ABELARDO (1079-1142), OCKHAM (1290-1349), G. BRUNO (1548-1600) e GALILEU (1564-1642) foram examinados enquanto expressavam as "desordens" que davam suporte para a materialização da própria Escolástica.

Para examinar até as últimas conseqüências o grau de reação às "desordens" que estavam sendo encaminhadas no mundo já não tão escolástico, o Tratado **Malleus Malleficarum**, escrito pelos fanáticos KRAMER e

---

<sup>5</sup> Grande número de autores referenciados neste trabalho fazem parte da Coleção *Os Pensadores da Abril Cultural*.

SPRENGER a pedido de Bonifácio VIII em 1484, foi analisado na tentativa não só de reconhecer o perfil (emergente), mesmo que exacerbado, dos homens que deveriam ser punidos pela Igreja mas, também, o de identificar as “*últimas estratégias escolásticas*” consideradas importantes para o “*controle*” dos homens.

Ao lado dessas incursões na literatura mais radical, os **Humanistas** foram chamados para dar seu depoimento sobre a nova concepção de homem que surgia e se antagonizava com o modelo retirado dos cânones aquinianos, aqui pensado sem os exageros impostos pela *exaltação* inquisitorial. Foram examinados, entre outros aspectos, os indicadores por eles apresentados quanto à nova visão sobre a natureza humana, ao valor absoluto da razão, à importância da observação independentemente das explicações metafísicas do universo, à crença no Estado Civil com suas leis e, principalmente, ao crédito na obra educativa para as transformações sociais que não mais são vistas sob a “*causação direta*” da *Divina Providência*. Examinou-se, particularmente o princípio pedagógico da modernidade que põe toda a virtude na capacidade individual de cada homem controlar seus próprios desejos ou inclinações. BOCACCIO (1313-1375), ERASMO (1460-1536), MAQUIAVEL (1469-1527), T. MORE (1478-1535), VIVES (1492-1540), MONTAIGNE (1533-1592), BACON (1561-1626), T. MUN (1571-1641), GROCIO (1583-1645) MONTESQUIEU (1588-1679), COMENIO (1592-1670), DESCARTES (1596-1650) E LOCKE (1632-1704), após estudos, foram considerados as testemunhas da morte lenta, muito debatida na Europa, do cristão regulado apenas pela fé institucionalizada clericalmente.

Mas somente a fé e/ou o autoritarismo clerical não explicam a filosofia Escolástica. Ela não pode ser vista

apenas enquanto uma prática contestada pelo Renascimento ou pelo Mercantilismo. Precisa ser entendida, também, pelos momentos nos quais desenvolveu-se, abandonando a característica da Patrística; forma religiosa já ultrapassada, própria dos séculos I-VIII, mas reivindicada por muitos contestadores do Papado à época da Contra-Reforma.

Tentando revitalizar o entendimento do significado mais autêntico do conteúdo da escolástica, – que até aqui foi dimensionado pela interlocução da mesma escolástica com o movimento ascendente do capitalismo – foi necessário colocá-la em confronto com as práticas da Patrística que a antecederam. Textos escritos pelos **Padres** no período de organização do pensamento cristão como os de *PAULO (... -64)*, *NAZIANZENO (329-390)*, *AGOSTINHO (354-430)*, *BENTO DE NURSIA (480-547)*, *MÁXIMO (550-662)*, *DAMASCENO (675-749)* entre outros, foram selecionados para comparação com as obras ou documentos escritos no apogeu da escolástica.

Resumindo os caminhos percorridos por este trabalho - da Patrística à Colonização no Brasil - pode-se assinalar que o seu encaminhamento sempre teve como preocupação dois momentos distintos: 1. examinar a consciência de uma época em relação às práticas dessa mesma época; 2. comparar épocas distintas para configurar com clareza as relações mobilizadoras da sociedade.

#### **4. DAS CONCLUSÕES:**

As práticas do período da Patrística, quando examinadas em relação aos textos desse momento, permitem perceber que os religiosos ao falarem da doutrina cristã no período de organização da Igreja, de fato, estavam

falando das relações que os homens travavam entre si. Enquanto as representações da Patrística falam da organização do mundo com base na *renúncia*, o feudo estrutura-se lentamente, também, pela entrega compulsória ao senhor dos produtos, necessários à reprodução da vida, obtidos quer nas florestas, nos campos ou nas comunidades aldeãs através de lenhadores, pescadores, pastores, camponeses, pobres das vilas, dentre outros elementos da época.

*A hierarquização dos deveres* da estrutura feudal corre em paralelo à doutrinação religiosa da *diversidade de essências ou melhor, de substâncias*. Estrutura-se através dos tributos considerados *deveres naturais* dos homens para com a autoridade imediatamente superior e sedimenta-se concomitantemente pela negação religiosa das paixões da carne e anulação do corpo. Solidifica-se pela ausência de sentimento de propriedade com relação à terra, que a precatória vai garantir objetivamente e a religião vai afirmar como sendo "***bem de Deus***".

Se a Patrística – fase de consolidação dessa estrutura feudal – exige um homem que lute contra "*o poder dos gregos*", contra a forma de existência pagã da Antigüidade, que segundo São Paulo *pôs em cena um indivíduo com sentimentos depravados e procedimentos indignos*, se a Patrística exige um homem que se ponha contra a organização socialmente corrupta da "*Cidade dos Homens*", a fase de organização da Escolástica corresponde a um outro tipo de disputa. Consolidada a forma que lutou para assegurar a servidão, a "*Cidade de Deus*", os novos embates terão outras características. Os antagonismos no interior de uma "*Patrística consolidada*" decorrerão das dúvidas sobre a eternidade ou imutabilidade das relações sociais então instituídas.

Se o discurso da Patrística pleiteia um homem que negue a decadente civilização escravista, o discurso escolástico pleiteia um homem que afirme a perenidade da servidão. Impossível pretender explicar determinadas práticas caso não as coteje com outras que lhes (antecedendo ou sucedendo) são distintas. Impossível conhecer os significados conceituais ou teóricos caso não se dê às representações cognitivas o suporte da dinâmica das relações sociais.

Com o argumento da necessidade de preservação da fé, a Igreja, já definitivamente instituída, exige um homem que lute pelo reforçamento da hierarquia religiosa, pela manutenção do Estado clerical, e, conseqüentemente, combata a "*heresia, os abusos da razão, as impiedades*". É a era das questões relativas ao "*conhecimento, à lógica, ao método*"! A Escolástica, que se define aparentemente nos embates conhecidos como *Teologia versus Razão, religiosamente define* o homem que pode aniquilar o poder da Igreja, gerar o Estado laico ou destruir as relações sociais existentes.

O homem concreto da Escolástica, considerado *herege*, é o que não mais se subordina ao clero, que estabelece o direito de alienar a terra ou dispor do feudo independentemente do conhecido regime de sucessão, que interage por contratos independentemente da tradição, que taxa ou se apropria dos bens da Igreja. O homem real, negado pela Escolástica, é aquele que vende pelo preço máximo, compra pelo preço mínimo e busca a riqueza não se importando em ser *pecador*. É aquele que empresta dinheiro a juro, é *dono da pólvora*, organiza exércitos e reformula os critérios da justiça, cotejando sua força com a vontade do Criador. Eis o homem que dá substância à escolástica.

Necessário se faz, nesse momento, dar a conhecer o homem que dá substância à colonização. Indispensáveis, nesse sentido, detectar, no Brasil desse período, os embates dos homens *que encarnam os antagonismos*. A quem era dirigida a prática dos jesuítas? Que atividades pedagógicas eram privilegiadas? Quais eram os "*inimigos*" dos religiosos colonizadores? Enfim, perguntas indispensáveis para encaminhar o desvendamento do conteúdo da educação à época colonial.

A natureza da atividade dos religiosos na Colônia é de outra qualidade da existente na Europa. Isto porque os jesuítas, aqui, não se mobilizavam para *refrear* nem o protestante que pleiteava politicamente a unidade nacional contra o papado, nem o moralista que pretendia recuperar os valores cristãos perdidos ao término da Patrística, nem o burguês emergente que aparece no cenário europeu como um comerciante.

O sujeito do projeto educacional dos colonizadores não tinha características de um expropriador dos bens da Igreja, nem tinha as qualidades do financista-judeu que ameaçava a representação do clero junto aos Governos. Também não possuía o espírito daqueles que, desorganizando o feudo, favoreciam não só a destruição da autoridade correspondente, como legitimavam o descontentamento com o ócio, com as benesses e prebendas, com o parasitismo, com a caridade ou com as esmolas tão a gosto dos prelados católicos e dos pobres sem vínculos com qualquer tipo de produção ainda não organizada socialmente na Europa. Além de não ter nenhuma dessas características, o sujeito a ser educado no Brasil, tampouco carregava as marcas da intelectualidade renascentista ou iluminista que se utilizava de discursos

veementes para atacar a fragilidade dos argumentos escolásticos, a legião dos argumentadores de plantão, o mundo beato dos defensores da velha ordem. Impossível objetivar, portanto, uma pedagogia escolástica sem as condições históricas em que a escolástica se produz ou se realiza.

As condições para a existência da Escolástica no Brasil Colonial esboroam-se, inclusive, à medida em que o exame do uso de palavras iguais revelam significados distintos na Europa e no Brasil. As relações sociais distintas correspondem diferentes interpretações e/ou práticas de termos idênticos. Os significados correspondem às atividades que sustentam esses mesmos significados. Por exemplo, a palavra feiticeiro, que na Europa tem o terrível sabor de heresia, julgamento e morte, aqui, na maioria das vezes, expressa um selvagem que, na prática, induz os pares à permanência no seu *estado de natureza*. O feiticeiro, aqui, é um indivíduo concreto, reconhecido como aquele que atrapalha os planos civilizatórios dos padres, mas que não precisa ser eliminado, por ser a "*incorporação do demônio desobediente e/ou destruidor*"; precisa, apenas, ser *catequizado*, isto é, educado para a nova relação que se estabelece. Deixa de ser ameaçador. Como conseqüência, não uma sentença condenatória definitiva mas um processo de *recuperação* lhe cerca. E para isso, nada melhor do que a *psicologia*, para encaminhar, através de rituais alegres, festas, procissões teatralizadas e da música, o treinamento da vontade necessária para uma nova organização social. O raciocínio metafísico – que lia o homem abstratamente (cuja ação possuía uma causa divina ou demoníaca) – desaparece, dando lugar ao exame objetivo das causas materiais, das forças físicas que podem ser controladas ou "*educadas*".

Ainda com o interesse na diferenciação entre significados, o termo *doutrina* é usado com conotações absolutamente diversas no interior de relações sociais distintas. As cartas dos primeiros Jesuítas no Brasil permitem facilmente a identificação das atividades que dão corporeidade ao ato de *doutrinar* os índios. Essas atividades visam negar a antropofagia, recusar o hábito da guerra, eliminar costumes dos ancestrais, contestar a vivência em bandos rejeitar a *preguiça*. Enfim, doutrinar significa - através da fé - ensinar a ter uma vida com **Lei e Rei** sob as coordenadas do **Trabalho**.

Como se pode ver, a *doutrinação* colonial não contempla os conteúdos das lutas européias. A doutrinação colonial tampouco contempla qualquer artimanha que, por dissimular os reais interesses dos colonizadores, permita ser vista como dramáticas questões litúrgicas, assépticas questões teóricas, confusas questões semânticas ou intrincados problemas de lógica. A doutrinação colonial, de fato, nada tem a ver com *querelas sobre os universais*, com as *disputas sobre razão e fé*, com retóricas sobre *milagres* ou com debates sobre *implicações jurídicas da heresia*. Enfim, nada tem a ver com as tentativas da Igreja manter o **Dogma** e o **Papa** sob as coordenadas da caridade, da esmola ou do ócio.

A *doutrinação colonial*, por sua vez, não teme falar em *experiência pessoal*, nem tampouco elogiar os feitos humanos, secundarizando a Providência Divina. A crença na atividade do homem, o crédito e o estímulo no comportamento organizativo-gerencial do colonizador moderno aparecem claramente no jesuíta missionário, enquanto essas mesmas atitudes são estranhas aos religiosos situados no espaço de luta pela permanência da

velha ordem na Europa. O missionário que assumiu a empreitada colonizadora parece reconhecer-se como *agente da transformação*, enquanto o clérigo europeu da Contra-Reforma parece identificar-se como representante de uma ordem cósmica eterna.

Defendendo a ausência de movimento da terra, e de tudo o que isso corresponde na prática, os padres europeus em sua proposta religiosa não poderiam mobilizar os homens para o *trabalho*. *Tampouco se propõem a acelerar os processos para adquirir ouro e fazendas como Nóbrega e Vieira*, entre tantos outros jesuítas, faziam sem o menor *pudor escolástico, fora das terras feudais*.

Os jesuítas no Brasil, ao estimularem exaustivamente o trabalho para a produção de bens, ao defenderem abertamente a necessidade do escravo para a produção do excedente (em larga escala), ao exercerem um sistemático disciplinamento contra o ócio, ao estimularem o desenvolvimento econômico de modo intencional, ao aconselharem os portugueses para um efetivo gerenciamento da produção com vistas a maior grandeza dos *cabedais ou fazendas*, não se pautavam em idéias transplantadas. Isso significa que o padrão da educação fornecido pelos jesuítas no Brasil foi definido, prioritariamente, pela forma de organização do trabalho e pela privatização da terra para a produção, antes de ser regulado por dogmas, conceitos religiosos ou mesmo métodos escolásticos de conhecimento.

Não se encontra, na literatura colonial revisada, nenhum indicador de uma pedagogia que oriente o colonizador (ou filho deste) para um papel de nobre onde o ócio é remunerado com as prebendas ou benesses reais. Também não se encontra nenhum discurso que privilegie ou estimule o papel de servo com as suas velhas

prerrogativas medievais. Índio, branco ou preto, todos são orientados para a dedicação ao trabalho, para a defesa dos interesses econômicos, para a produção disciplinada de bens. As preocupações com a caridade e a esmola - tão peculiares nas instituições feudais - cedem lugar às contínuas admoestações generalizadas na Colônia sobre o trabalho ou sobre a produção. Todos acreditam, como BENCI<sup>6</sup>, em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, ser o ócio a mãe de todas as leviandades!

A educação no Brasil Colônia, de fato, não pode ser vista como um processo fora de tempo, de lugar, ou mesmo fora da realidade dos alunos. Os documentos deixados pelos jesuítas não revelam qualquer compromisso nem com o conteúdo nem com as formas metodológicas de pensar da Idade Média. Ao contrário, são a expressão mais acabada de uma modernidade que não comporta, em sua estrutura epistemológica uma lógica abstrata ou uma retórica vazia de interesses históricos. Na verdade, seus textos mostram-se prenhos de preocupações com o melhor aproveitamento do solo, com a organização da produção, com os custos das empreitadas, com aumento das fazendas, enfim, com a riqueza gerada pelas mãos dos homens, revelando assim, uma absoluta cumplicidade com o projeto burguês. Aqui, **na Colônia**, de fato, **a alma se funde e se confunde com o corpo!**

---

<sup>6</sup> Vide *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 177-184.